

Panorama POLÍTICO

Mandato-já

O Governo agora quer pressa na definição do mandato do Presidente Sarney e fará todo o empenho para a aprovação da inversão da pauta de votações da Assembléia Constituinte, colocando a questão em primeiro lugar, juntamente com o sistema de governo.

Por ironia, será o PDT que dará instrumentos para o Governo executar esta estratégia, através do Projeto de Resolução do Líder Brandão Monteiro, propondo a inversão da pauta.

As lideranças governistas, que anteriormente trabalhavam para protelar a decisão, na expectativa de vencer os picos favoráveis aos quatro anos, garantem agora que é preciso aproveitar o momento, em que estariam consolidadas as alianças a favor do quinto ano para Sarney.

Cumprindo-se o cronograma normal, o sistema de governo seria votado ainda em fevereiro, mas o mandato do atual Presidente, integrando as disposições transitórias, não chegaria ao plenário antes do fim de março. Até lá, diz um influente Ministro do Governo, as esquerdas e os "quatanistas" em geral poderiam desencadear o prometido movimento de pressões po-

pulares, através de comícios, atos e concentrações nas galerias. É exatamente isso o que está articulando o setor "histórico" do PMDB, em aliança com o PT e o PDT.

A votação imediata do mandato traz também, para o Governo, a vantagem de que ainda ressoam no meio político os nomes dos que assinaram a emenda Matheus Iansen. Passado algum tempo, ficaria mais fácil votar contra, apesar da assinatura. Memória nunca foi o forte da política brasileira. Fazê-lo agora, seria mais constrangedor.

O Projeto de Resolução de Brandão Monteiro teve o apoio solitário dos Líderes do PT, do PCB e do PMDB (Mário Covas), mas agora será levado ao altar do Centrão. Sua aprovação depende de 280 votos. As esquerdas, por seu lado, também querem ver decididas logo as questões do sistema de governo e do mandato.

Interesses à parte, existe a vantagem de que, livrando-se a pauta dos dois temas, seria apressado o término dos trabalhos.

Uma complicação, entretanto, pode surgir para o Governo: cinco anos, mas com parlamentarismo.